



## Município de Leiria

### Câmara Municipal

#### DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2017/12/20

#### Unidade Orgânica responsável pela deliberação | UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS

**Epígrafe** | Câmara Municipal de Leiria (CML) - Adequação da estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º

305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada – 4.ª

Alteração - Manutenção de comissão de serviço de titular de cargo dirigente

**Deliberação** | Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, cujo teor abaixo se transcreve na íntegra:

“1. Considerando que:

1.1. A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar, em sessão de 20 de novembro de 2017, alterações à estrutura nuclear dos serviços do Município de Leiria, de 15 de dezembro de 2012, alterada em 6 de dezembro de 2013.

1.2. A Câmara Municipal de Leiria também deliberou aprovar, em reunião de 28 de novembro de 2017, alterações à estrutura flexível dos serviços do Município de Leiria, de 18 de dezembro de 2012, alterada em 10 de dezembro de 2013.

1.3. Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Leiria, decidi igualmente, por despacho proferido em 29 de novembro de 2017, alterar as subunidades orgânicas dos serviços do Município de Leiria, criadas em 18 de dezembro de 2012, alteradas em 11 de dezembro de 2013 e 26 de agosto 2015.

1.4. As referidas alterações determinam a extinção, a criação, a manutenção e a reorganização de unidades orgânicas, e das subunidades orgânicas que as integram.

1.5. As extinções e reorganizações preconizadas no ponto anterior vigoram com efeitos ao dia **01 de janeiro de 2018**, e, por circunstância do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada, aplicável com as adaptações e por força do previsto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada, determinam a cessação das comissões de serviço dos titulares dos cargos dirigentes das unidades orgânicas por elas abrangidos, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda.

1.6. Entre outros, encontra-se na circunstância de cessação da correspondente comissão de serviço, com efeitos à mesma data, o Sr. Dr. Manuel Gilberto Mendes Lopes, Diretor Municipal de Administração.

1.7. Previamente à avaliação casuística da possibilidade de ser ou não mantida aquela comissão de serviço, cumpre esclarecer o que deve ser entendido por sucessão, importando, a este respeito, chamar à colação o disposto no Parecer Jurídico n.º DAJ 320/13 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, de 09 de dezembro de 2013, bem como na Informação n.º 051/03/2014 da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, de 10 de março de 2014.

1.8. Defende a primeira das referidas entidades que apenas a haverá na circunstância de subsistir unidade orgânica do mesmo NÍVEL que suceda à anterior à luz da respetiva DESIGNAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS. A segunda já entende que a haverá na circunstância de subsistir unidade orgânica do mesmo NÍVEL que suceda à anterior à luz do PERFIL DE COMPETÊNCIAS EXIGIDO AO TITULAR DO CARGO DIRIGENTE QUE LHE CORRESPONDE, AINDA QUE SE VERIFIQUE A ALTERAÇÃO DAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS.

1.9. Temos assim que resulta da REORGANIZAÇÃO da **Direção Municipal de Administração** unidade orgânica com o mesmo nível e grau, com a mesma designação e com identidade total em matéria das respetivas competências, por força da não agregação das provenientes de (ou da desagregação das detidas para) unidades orgânicas que a exorbitam, pelo que, em conformidade, não é alterado o perfil do titular do cargo dirigente que lhe corresponde, **NÃO OBSTANTE as modificações ao nível das unidades orgânicas que a integram**, conforme alíneas seguintes:

(2)

a) Resulta da REORGANIZAÇÃO da **Divisão Jurídica e Administrativa** unidade orgânica com o mesmo nível e grau e com a mesma designação, MAS sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da agregação das provenientes da anterior Divisão de Aprovisionamento e Património para instruir e acompanhar os processos de desafetação de bens do domínio público municipal e de constituição de ónus e encargos sobre os bens do domínio público e privado municipal, e para assegurar os procedimentos de alienação de bens imóveis do domínio privado municipal, e com modificações ao nível das subunidades orgânicas que a integram, por extinção da SODIJA - Arquivo e criação da SODIJA - Expediente e da SODIJA - Atendimento;

b) Resulta da REORGANIZAÇÃO da **Divisão Financeira** unidade orgânica com o mesmo nível e grau e com a mesma designação, MAS sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da agregação das provenientes da anterior Divisão de Aprovisionamento e Património para atualizar o inventário/cadastro dos bens móveis e imóveis, e para assegurar a gestão corrente do Centro de Recursos Municipal, e com modificações ao nível das subunidades orgânicas que a integram, por extinção da SODIF - Contabilidade e da SODIF - Tesouraria;

c) Resulta da REORGANIZAÇÃO da **Divisão de Aprovisionamento e Património** unidade orgânica com o mesmo nível e grau, MAS sem a mesma designação, passando a chamar-se de **Divisão de Contratação Pública**, e sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da:

i) Desagregação para a Divisão Jurídica e Administrativa das detidas para instruir e acompanhar os processos de desafetação de bens do domínio público municipal e de constituição de ónus e encargos sobre os bens do domínio público e privado municipal, e para assegurar os procedimentos de alienação de bens imóveis do domínio privado municipal;

ii) Desagregação para a Divisão Financeira das detidas para atualizar o inventário/cadastro dos bens móveis e imóveis, e para assegurar a gestão corrente do Centro de Recursos Municipal;

iii) Agregação das provenientes do Departamento de Infraestruturas e Manutenção para assegurar os procedimentos de aquisição de projetos, de empreitadas e de obras públicas, e para monitorizar os contratos de fornecimento de projetos, de empreitadas e de obras públicas (contidas na competência genérica para assegurar a tramitação dos processos para a elaboração de projetos e para as empreitadas e obras públicas); que, aglutinadas às já detidas para assegurar os procedimentos de aquisição de bens e serviços, e para monitorizar os contratos de fornecimento de bens e serviços, passam a ter a seguinte redação: assegurar os procedimentos de contratação pública, e monitorizar os contratos públicos;

iv) Agregação das provenientes da Divisão de Ação Cultural, Museus e Turismo para assegurar a gestão corrente das lojas em funcionamento nos espaços municipais (contida na competência genérica para promover a gestão corrente do património cultural e dos espaços culturais, museológicos e de lazer), e

v) Com modificações ao nível da subunidade orgânica que a integra, por reorganização da SODIAP em função das áreas de atuação e consequente substituição pela SODICP;

d) Resulta da EXTINÇÃO da **Unidade de Recursos Humanos** unidade orgânica sem o mesmo nível e grau e sem a mesma designação, passando a chamar-se de **Divisão de Recursos Humanos**, e sem identidade total em matéria das respetivas competências por força da desagregação para a última das detidas para garantir a elaboração, manutenção ou alteração do mapa de pessoal e do orçamento de despesas com o pessoal, para assegurar a tramitação dos procedimentos de mobilidade, de recrutamento e seleção, e de acolhimento, para planear, desenvolver e monitorizar a política de formação profissional, para organizar, processar e liquidar remunerações e abonos e demais procedimentos inerentes, para organizar e manter atualizados os processos dos recursos humanos, para controlar a assiduidade e demais procedimentos inerentes, para garantir a execução e o acompanhamento do processo de avaliação de desempenho, para assegurar as intervenções necessárias em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, para acompanhar os processos de acumulação de funções, para organizar os processos de acidentes de trabalho, e para prestar às entidades competentes toda a informação obrigatória por lei;

e) Resulta da REORGANIZAÇÃO do **Departamento de Infraestruturas e Manutenção** unidade orgânica com o mesmo nível e grau e com a mesma designação, MAS sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da desagregação para a Divisão de Contratação Pública das detidas para assegurar os procedimentos de aquisição de projetos, de empreitadas e de obras públicas, e para monitorizar os contratos de fornecimento de projetos, de empreitadas e de obras públicas (contidas na competência genérica para assegurar a tramitação dos processos para a elaboração de projetos e para as empreitadas e obras públicas), e com modificações ao nível de unidade orgânica que o integra, nos termos da alínea seguinte;

f) Resulta da REORGANIZAÇÃO da **Divisão de Manutenção e Conservação** unidade orgânica com o mesmo nível e grau e com a mesma designação, MAS sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da agregação das provenientes da anterior Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente para assegurar a gestão corrente dos sanitários públicos, e com consequente modificação ao nível da subunidade orgânica que a integra, por reorganização da SODIMC com a nova área de atuação;

g) Resulta da REORGANIZAÇÃO do **Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística** unidade orgânica com o mesmo nível e grau e com a mesma designação, MAS sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da desagregação para a Unidade de Licenciamentos Diversos da detida para a gestão dos procedimentos submetidos através do Balcão do Empreendedor (contida na competência genérica para desenvolver todas as atividades que resultem de lei ou de regulamentação administrativa, ou que lhe sejam diretamente atribuídas por decisão superior ou na sequência de deliberação dos órgãos municipais, no âmbito da correspondente área de atuação), e com consequentes modificações ao nível da subunidade orgânica que a integra, por reorganização da SODPGU sem aquela área de atuação; e com alterações ao nível das unidades orgânicas que a integram, nos termos da alínea seguinte;

h) Resultam da EXTINÇÃO da **Divisão de Gestão Urbanística** duas unidades orgânicas com o mesmo nível e grau, MAS nenhuma com a mesma designação, passando respetivamente a chamar-se de **Divisão de Habitação e Loteamentos** e de **Divisão de Indústria, Comércio e Serviços**, ou com identidade total em matéria das respetivas competências, por força da:

i) Desagregação para a Divisão de Habitação e Loteamentos das detidas para assegurar os procedimentos relacionados com operações urbanísticas e de loteamentos, para emitir pareceres sobre todas as pretensões que se inscrevam no domínio do urbanismo, da edificação e das atividades económicas, e para assegurar os procedimentos relacionados com os licenciamentos regulados por legislação específica, como os reservatórios de combustíveis, postos de abastecimento, redes de gás, áreas de serviço, edifícios industriais, atividade industrial e empreendimentos turísticos e hoteleiros; que, em função da nova área de atuação, passam a ter a seguinte redação: assegurar os procedimentos relacionados com operações urbanísticas em edifícios ou edifícios mistos, cuja utilização seja ou inclua a habitação, e com operações de loteamentos, mormente análise de processos de obra de construção, alteração e ou ampliação em parcela de loteamentos com aqueles usos; emitir pareceres sobre todas as pretensões que se inscrevam no domínio do urbanismo, da edificação e das atividades económicas, em edifícios ou edifícios mistos, cuja utilização seja ou inclua a habitação; e assegurar os procedimentos relacionados com os licenciamentos regulados por legislação específica, como os reservatórios de combustíveis, postos de abastecimento, redes de gás, áreas de serviço, edifícios industriais, atividade industrial e empreendimentos turísticos e hoteleiros;

ii) Desagregação para a Divisão de Indústria, Comércio e Serviços das detidas para assegurar os procedimentos relacionados com operações urbanísticas e de loteamentos, para emitir pareceres sobre todas as pretensões que se inscrevam no domínio do urbanismo, da edificação e das atividades económicas, e para assegurar os procedimentos relacionados com os licenciamentos regulados por legislação específica, como os reservatórios de combustíveis, postos de abastecimento, redes de gás, áreas de serviço, edifícios industriais, atividade industrial e empreendimentos turísticos e hoteleiros; que, em função da nova área de atuação, passam a ter a seguinte redação: assegurar os procedimentos relacionados com operações urbanísticas, em edifícios cuja utilização seja industrial, comercial e ou serviços, e com operações de loteamentos, mormente análise de processos de obra de construção, alteração e ou ampliação em parcela de loteamento com aqueles usos; emitir pareceres sobre todas as pretensões que se inscrevam no domínio do urbanismo, da edificação e das atividades económicas, em edifícios cuja utilização seja industrial, comercial e ou serviços; e assegurar os procedimentos relacionados com os licenciamentos regulados por legislação específica, como os reservatórios de combustíveis, postos de abastecimento, redes de gás, áreas de serviço, edifícios industriais, atividade industrial e empreendimentos turísticos e hoteleiros;

i) Resulta da REORGANIZAÇÃO da **Divisão de Juventude, Educação e Biblioteca** unidade orgânica com o mesmo nível e grau, MAS sem a mesma designação, passando a chamar-se de **Divisão de Educação e Biblioteca**, e sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da desagregação para a Divisão de Desporto e Juventude das detidas para promover iniciativas de apoio aos jovens, e para assegurar a gestão corrente das estruturas de desporto radical (contidas na competência genérica para administrar os edifícios, espaços, equipamentos, estabelecimentos e materiais escolares sob responsabilidade municipal);

j) Resulta da REORGANIZAÇÃO da **Divisão de Ação Cultural, Museus e Turismo** unidade orgânica com o mesmo nível e grau e com a mesma designação, MAS sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da desagregação para a Divisão de Contratação Pública das detidas para assegurar a gestão corrente das lojas em funcionamento nos espaços municipais (contida na competência genérica para promover a gestão corrente do património cultural e dos espaços culturais, museológicos e de lazer), e com consequentes modificações ao nível da subunidade orgânica que a integra, por reorganização da SODIACMT sem aquelas áreas de atuação;

k) Resultam da EXTINÇÃO da **Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente** três unidades orgânicas MAS uma com diferente nível e grau e duas com o mesmo nível e grau, nenhuma com a mesma designação, passando a chamar-se de **Unidade de Licenciamentos Diversos**, de **Divisão de Ambiente e Saúde** e de **Divisão de Desenvolvimento Económico**, ou com identidade total em matéria das respetivas competências, por força da:

i) Desagregação para a Unidade de Licenciamentos Diversos das detidas para assegurar os procedimentos relacionados com os licenciamentos na área das atividades económicas e outras, e para assegurar os procedimentos referentes a avisos de realização de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público. A última passa ainda a agregar a proveniente do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística para gestão dos procedimentos submetidos através do Balcão do Empreendedor (contida na competência genérica para desenvolver todas as atividades que resultem de lei ou de regulamentação administrativa, ou que lhe sejam diretamente atribuídas por decisão superior ou na sequência de deliberação dos órgãos municipais, no âmbito da correspondente área de atuação); que agregada, à primeira das referidas competências, passa a ter a seguinte redação: assegurar os procedimentos relacionados com os licenciamentos na área das atividades económicas e outras, designadamente através do Balcão do Empreendedor;

ii) Desagregação para a Divisão de Manutenção e Conservação das detidas para assegurar a gestão corrente dos sanitários públicos;

iii) Desagregação para a Divisão de Ambiente e Saúde das detidas para acompanhar os programas e medidas de política e saúde ambiental e de saúde pública nos espaços públicos municipais, para assegurar a gestão e a monitorização do ruído urbano, da qualidade do ar, água e solos, bem como dos recursos geológicos, para garantir a higiene e salubridade pública do Concelho, bem como a gestão sustentada dos resíduos urbanos e outros, para promover ações de desinfestação, expurgo ou outras nos espaços públicos do Município, e para assegurar a gestão corrente do Centro de Interpretação Ambiental. A última passa ainda a agregar as provenientes da Divisão de Desenvolvimento Social para coadjuvar as freguesias em matéria de gestão de cemitérios, e para assegurar a gestão corrente do Cemitério Municipal de Leiria, e a integrar a subunidade orgânica SODIAS - Cemitério que substitui a SODIDS - Cemitério;

iv) Desagregação para a Divisão de Desenvolvimento Económico das detidas para realizar estudos e emitir pareceres de âmbito global ou sectorial no âmbito da realidade económica do Município, para desenvolver medidas com o objetivo de fixar novas empresas na área do Município, para estudar e propor operações de criação ou associação de empresas de comparticipação municipal, para organizar feiras temáticas, festivais e mostras do potencial económico do Município, para proceder ao controlo metrológico, e para assegurar a gestão corrente dos mercados municipais e do Centro Associativo Municipal. A última passa ainda a integrar a subunidade orgânica SODIDE - Metrologia que substitui a SODIDEA - Metrologia;

l) Resulta da REORGANIZAÇÃO da **Divisão de Desporto** unidade orgânica com o mesmo nível e grau, MAS sem a mesma designação, passando a chamar-se de **Divisão de Desporto e Juventude** e sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da agregação das provenientes da anterior Divisão de Juventude, Educação e Biblioteca para promover iniciativas de apoio aos jovens, e para assegurar a gestão corrente das estruturas de desporto radical (contida na competência genérica para administrar os edifícios, espaços, equipamentos, estabelecimentos e materiais escolares sob responsabilidade municipal) ;

m) Resulta da REORGANIZAÇÃO da **Divisão de Desenvolvimento Social** unidade orgânica com o mesmo nível e grau, e com a mesma designação, MAS sem identidade total em matéria das respetivas competências, por força da desagregação para a Divisão de Ambiente e Saúde das detidas para coadjuvar as freguesias em matéria de gestão de cemitérios, e para assegurar a gestão corrente do Cemitério Municipal de Leiria, e com modificações ao nível da subunidade orgânica que a integra, por reintegração na Divisão de Ambiente e Saúde da SODIAS - Cemitério que substitui a SODIDS - Cemitério.

(5)

2. Deste modo, **decido**, no uso das competências que me são conferidas e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, aplicável com as adaptações e por força do previsto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 49/2012, e ainda no seu artigo 11.º, n.ºs 1 e 3 a 6, conjugados com a segunda parte da alínea b) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º e com o artigo 37.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterados, propor à Câmara Municipal de Leiria que MANTENHA, com efeitos ao dia **01 de janeiro de 2018**, até ao correspondente termo, e com possibilidade de renovação, por reunidos os requisitos legalmente previstos, a comissão de serviço do trabalhador SR. DR. MANUEL GILBERTO MENDES LOPES, para o exercício do cargo de DIRETOR MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em virtude de ter sucedido à reorganização daquela unidade orgânica cargo de direção superior com o mesmo nível, designação, competências e perfil exigido ao seu titular.

Leiria, 11 de dezembro de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal

Raul Castro”

A Câmara Municipal depois de analisar o assunto, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto no n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **deliberou por unanimidade**, aprovar, nos exatos termos, a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

*A presente deliberação foi aprovada em minuta*

Sandra Reis  
TÉCNICO SUPERIOR  
20-12-2017  
«Assinatura Digital Certificada»

1

Raul Castro  
PRESIDENTE  
20-12-2017  
«Assinatura Digital Certificada»

2